

# Aumenta destruição da Amazônia

*No ano passado houve queda de 0,01% no desmatamento. E governo ainda festeja. Em 30 anos, a floresta diminuiu em 14%*

Marcos Savini  
Da equipe do Correio

**M**ultiplique o território do Distrito Federal por três. Esse é, aproximadamente, o tamanho do desmatamento da Amazônia em 1999. Foram derrubados 16.929 quilômetros quadrados de florestas, segundo o levantamento anual do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Desde o início da ocupação da Amazônia, foram destruídos, em três décadas, 551.782 quilômetros quadrados, ou 14% da floresta original. É uma área equivalente ao território da França somado a duas vezes o tamanho do Distrito Federal. É quase o estado da Bahia, que tem 561 mil quilômetros quadrados.

Segundo o monitoramento por imagens feitas para o Inpe pelo satélite Landsat, o desmatamento no ano passado foi um pouco menor que o de 1998, quando os cortes e queimadas destruíram 17.383 quilômetros quadrados de matas. Mas a redução foi mínima. Enquanto o desmatamento de 1998 fez a floresta Amazônica diminuir em 0,48%, 1999 apresentou uma "taxa média de desflorestamento" de 0,47%.

A situação só apresentou uma melhora, de 0,01%, porque o Inpe refez seus números para 1998. No levantamento divulgado no ano passado, as áreas desmatadas somavam 16.830 quilômetros quadrados. Mas, como a margem de erro para este tipo de pesquisa é de 3%, a atualização dos dados concluiu que a destruição havia sido um pouco maior, chegando ao número de 17.383 quilômetros quadrados.

Apesar de não haver um claro sinal de reversão na tendência de aumento do desmatamento, iniciada em 1997 (quando a área atingida foi de 13.227 quilômetros quadrados), o ministro José Sarney Filho, da Ciência e Tecnologia, comemorou o resultado. "É claro que não estamos rindo à toa, mas estamos felizes", disse ele ao anunciar, ao lado do ministro Ronaldo Sardenberg (da Ciência e tecnologia) os números do Inpe.

Entre as razões para o otimismo, Sarney Filho aponta a diminuição dos focos de incêndio em 22% (em relação a 1998) em "um ano seco e frio na Amazônia". Além disso, esperava-se que a taxa de desmatamento iria "estourar", por conta do aumento da safra agrícola — que poderia



induzir ao aumento da produção de soja em áreas desmatadas.

O desmatamento só não teria aumentado por conta de medidas como a Lei de Crimes Ambientais e o projeto Amazônia Fique Legal, que aumentou a fiscalização na região. O número de fiscais, por exemplo, passou de 180 para 700.

Mas, segundo o ministro, nada disso adiantará para garantir uma diminuição no ritmo do desmatamento "se não forem apresentadas alternativas econômicas" para a Amazônia. As experiências de desenvolvimento sustentável — como as centenas de projetos do Programa Piloto para a Florestas Tropi-

cais (PPG-7) ou a estimulação do turismo ecológico pelo Pro-Ecotur — "têm resposta lenta".

A ação de pequenos agricultores, como já havia sido constatado no relatório do ano passado, continua sendo um dos principais fatores de desmatamento na Amazônia. Em quase todos os ecossistemas da Amazônia, são nas propriedades com menos de 100 hectares que o desmatamento é maior.

## ATUAÇÃO DAS MADEIREIRAS

O desmatamento da Amazônia em 1999, porém, é certamente maior que os 16.926 quilômetros quadrados apontados pelo Inpe. Esse número representa

apenas o "desflorestamento bruto", que pode ser detectado por satélites. A atuação das madeireiras, por exemplo, não entra no levantamento porque não muda a fisionomia da floresta — uma vez que o corte seletivo das espécies comercializáveis não abre clareiras detectáveis pelas imagens espaciais. A estimativa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) é de um acréscimo de 2 mil quilômetros quadrados por conta da exploração madeireira.

O levantamento por satélite de áreas desmatadas da Amazônia custou R\$ 927 milhões e envolveu 80 especialistas. Mas o governo quer aprimorar ainda mais o monitoramento da Amazônia. No mês que vem, o Ministério da Ciência e Tecnologia lançará o edital de fabricação do Satélite de Sensoriamento Remoto (SSR) de órbita equatorial.

Segundo o ministro Ronaldo Sardenberg, ele deverá ser lançado em 2003, e aumentará em muito a capacidade do governo de monitorar a Amazônia. Hoje, o governo paga para obter as imagens da Amazônia feitas pelo Landsat, que passa sobre a região a cada 16 dias.

Quando o SSR estiver em funcionamento, o intervalo será muito menor: por causa de sua órbita equatorial, o satélite brasileiro passará a cada uma hora e meia sobre a Amazônia — o que permitirá um acompanhamento mais preciso.

## ONGs apontam contradições

As organizações não-governamentais (ONGs) estão cobrando maior empenho do governo federal para conter o desmatamento da Amazônia. Segundo o World Wild Fund (WWF), a manutenção da taxa de desmatamento ao mesmo nível de 1998 comprova que as medidas adotadas pelo governo para conter a destruição das florestas foram insuficientes.

Para Flávio Montiel, do WWF, ainda há "muitas contradições" nas políticas federais e estaduais para a região amazônica. Para reverter o quadro, ele sugere a criação de mais áreas protegidas (hoje elas representam 3,5% das florestas), além de garantias no Código Florestal de que a reserva legal deve ser de 80% do tamanho das propriedades da região e um maior incentivo às políticas de manejo sustentável.

O Instituto Sócio Ambiental (ISA) aponta outra contradição. Embora a taxa de desmatamento tenha estabilizado, o levantamento do Inpe revela que nas áreas de floresta densa as taxas de desmatamento têm aumentado principalmente nas grandes propriedades, com mais de mil hectares. Conclusão: falta fiscalização. (MS)